

## SABERES ESCRITOS, GUARDADOS: O ACERVO DOCUMENTAL DO CENTRO HUMILDE DE CARIDADE SÃO LÁZARO, NATAL – RN

*KNOWLEDGES WRITTEN, PRESERVED:  
THE DOCUMENTAL COLLECTION OF THE HUMBLE CHARITY  
CENTER SÃO LÁZARO, NATAL - RIO GRANDE DO NORTE (RN)*

**Luiz Assunção**

*lassuncao@ufrnet.br*

Doutor em Ciências Sociais (Antropologia) – PUC São Paulo.

Professor Titular do Departamento de Antropologia da UFRN e docente permanente do PPGAS e PPGCS/UFRN.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0718-0492>.

### RESUMO

A proposta do artigo é refletir sobre os resultados do trabalho de pesquisa no qual se procura inventariar e proceder ao estudo do acervo cultural de bens do patrimônio material e imaterial religioso de comunidades tradicionais de terreiro de Natal (RN). Na primeira fase da pesquisa, foco da análise apresentada neste artigo, procedeu-se ao estudo do acervo do Centro Humilde de Caridade São Lázaro, localizado no bairro das Quintas (Natal, RN), fundado no início dos anos de 1960, pelo babalorixá José Barroso dos Santos, mais conhecido por Tenente Barroso. Iniciado no candomblé de nação ketu baiano, no entanto, serão a umbanda e sua prática curativa que o projetam no universo religioso afro-brasileiro da cidade. O acervo é composto por diferentes documentos, entre os quais: fotografias, livros (atividades, acompanhamento das obrigações), caderno dos pontos cantados, ofícios, imagens religiosas e objetos ritualísticos. No conjunto patrimonial, inclui-se, ainda, uma edificação construída no ano de 1966, especificamente para as atividades religiosas, atualmente objeto de uma disputa judicial por membros da família.

Palavras-chave: memória. patrimônio cultural; acervo religioso; religiões afro-brasileiras.

### ABSTRACT

The purpose of the article is to present the results of the research work on the cultural collection of material and intangible heritage assets of traditional terreiro communities in Natal – Rio Grande do Norte (RN). In this first phase, we studied the collection of the Humble Charity Center São Lázaro, located in the Quintas neighborhood (Natal-RN), and founded in the early 1960s, by the babalorixá José Barroso dos Santos, better known as Tenente Barroso. Initiated in the Ketu Bahian candomblé, it will be, however, Umbanda and its curative practice that made him known in the Afro-Brazilian religious universe of the city. The collection consists of different documents, among which: photographs, books (activities, supervising of religious rituals), notebook of religious songs, letters, religious images and ritual objects. The heritage set also includes

a building constructed in 1966, specifically for religious activities, that is currently the object of a legal dispute between family members.

Keywords: memory. cultural heritage; religious collection; Afro-brazilian religions.

A proposta deste artigo é refletir sobre o acervo documental do babalorixá José Barroso dos Santos, mais conhecido como Tenente Barroso, fundador do Centro Humilde de Caridade São Lázaro (Bairro das Quintas, Natal–RN), e, pensar sobre sua dimensão para a construção da memória dessa comunidade religiosa afro-brasileira.

Ao conhecer o acervo produzido por Tenente Barroso e, após seu falecimento, guardado sob os cuidados de sua filha biológica, Maria Nilza Barroso dos Santos, a primeira sensação foi de surpresa, ao ver a quantidade de cadernos. À medida que eu folheava, mesmo naquele primeiro momento, era possível perceber que aqueles escritos remetiam ao conjunto da vida diária do Centro<sup>1</sup> e aos vínculos estabelecidos com diferentes pessoas e instituições da cidade. Mas também constatava as condições em que os documentos se encontravam e a dificuldade objetiva e material enfrentada para a sua manutenção, que diz respeito aos procedimentos para organização da vida em forma de arquivo, com implicações na própria existência do acervo.

Os acervos documentais afro-religiosos, talvez por sua característica documental, de caráter privado, são pouco conhecidos do mundo exterior as comunidades de terreiro, embora existam referências na literatura acadêmica sobre os cadernos de fundamento encontrados em diferentes espaços das religiões afro-brasileiras. A pesquisadora Castillo ressalta que informações relativas aos barcos de iaôs iniciados no Ilê Axé Opô Afonjá, de Salvador (BA), “vem sendo registradas praticamente desde a sua fundação, por meio de cadernos” (CASTILLO, 2008, p. 19). Alguns desses registros tornaram-se públicos, como a correspondência de Mãe Aninha (Ana Eugênia dos Santos), fundadora do Opô Afonjá, para suas filhas de santo, Agripina e Filhinha, no Rio de Janeiro (TOBIOBÁ, 2007) e os Cadernos de Odu, de Agenor Miranda Rocha (ROCHA, 1999).

Eu já conhecia a prática muito difundida nos terreiros, principalmente entre os iniciados, da necessidade de cada um ter o seu caderno de anotações. Observei diversas vezes, notadamente em atividade mais reservada, quando o caderno, sempre guardado, aparecia para registro ou consulta daquele que dava seus primeiros passos. O ato de registrar não se insere apenas entre os neófitos, mas está também presente entre aqueles que possuem cargos mais elevados na hierarquia da casa, como os babalorixás e ialorixás. Todavia, a primeira vez que ouvi referência a uma ideia de documento como parte do acervo do terreiro, dizia respeito aos “cadernos escritos” deixados por um babalorixá falecido. O

legado era ressaltado, por um dos seus filhos de santo, em reunião com sua comunidade religiosa, de modo a reforçar a importância histórica do dirigente, traduzida na herança de uma tradição deixada para o grupo (ASSUNÇÃO, 2014). Na compreensão do pai de santo que conduzia a reunião citada anteriormente, o patrimônio herdado colocava-o em destaque no campo religioso local, indicando reflexões no campo da memória, do patrimônio cultural, mas também em um campo permeado por tensões, conflitos e construção identitária.

Alguns dias depois, tomo conhecimento de mais um acervo documental. Dessa vez vou ao encontro do chamado de uma conhecida querida ialorixá que me convidou para ir ao seu terreiro porque precisava conversar comigo. Quando do nosso encontro, foram-me imediatamente apresentados velhos cadernos, escritos à mão por sua mãe de santo, identificados como caderno de orações e rezas, caderno de anotações sobre iniciação religiosa, caderno de anotações sobre os filhos de santos, além de uma caixa contendo muitas fotografias em branco e preto. Mais que apresentação de um acervo, foi explicitada a sugestão de uma agenda de pesquisa. Assim, encontrava-me diante de situações à espera de ações e reflexões.

Nessa última década percebo algumas manifestações no cenário religioso afro-brasileiro de Natal, que poderão vir a ter consequências para esse campo. Trata-se do protagonismo assumido por parte de alguns integrantes dos grupos religiosos e advindo da participação nos movimentos sociais, com relações diretas com as políticas públicas para a população negra e a comunidade de terreiros, como parte de um processo de construção de pertencimento e identidades. Outra perspectiva, o protagonismo assume um desejo de escrita e publicação, ou seja, de ser porta-voz de sua própria cultura. Não basta participar das mídias, o apelo à escrita se faz mais forte. Alguns deles têm conseguido publicar em revistas especializadas que circulam em bancas de revistas para um grande público; outros escrevem em seus próprios blogs na internet e em suas páginas no Facebook, enquanto alguns mantêm o desejo de “escrever um livro”.

Essas questões estão presentes nas reflexões da antropologia ao abordar a pesquisa etnográfica, o diálogo entre o antropólogo e o grupo estudado, a participação de pesquisadores que estudam o grupo do qual fazem parte (MARCUS, 1991; SILVA, 2006). O que estou querendo sugerir é que, se por um lado, o protagonismo político traz como consequência imediata a visibilidade do religioso e de sua prática, por outro, a entrada do pesquisador no campo empírico dos terreiros passa por critérios subjetivos cada vez mais exigentes, não limitados à observação e à participação etnográfica, mas definidos por critérios éticos e por uma negociação do processo de pesquisa.

Assim, tendo como fio condutor a compreensão da importância da memória na construção de processos de pertencimento religioso afro-

-brasileiro e de uma ética de pesquisa assentada no respeito e diálogo entre as partes envolvidas na construção do conhecimento, retomei o contato com os dois religiosos referenciados nos parágrafos anteriores, com a perspectiva de realizar estudo dos respectivos acervos que me foi dada a oportunidade de conhecer (ASSUNÇÃO, 2018). No entanto, com a possibilidade de incluir na proposta outras casas e diante da fragilidade em que se encontrava o acervo documental do Centro Humilde de Caridade São Lázaro, objeto de reflexão do presente artigo, foi decidido iniciar por ele a formalização de um projeto de pesquisa<sup>2</sup> mais amplo, que pudesse incorporar diferentes demandas. Para tanto, teve início no segundo semestre de 2017, uma pesquisa com o objetivo de inventariar e analisar o acervo cultural de bens do patrimônio religioso, construídos pelas comunidades tradicionais de terreiro de Natal-RN.

A concepção de uma ideia de acervo documental e patrimonial a partir das próprias comunidades de terreiro parece ser nova e pressupõe conceber sua finalidade enquanto conhecimento de saberes guardados, sua manutenção e circulação. Implica compreender o que se quer guardar e o processo que organiza a vida documental do terreiro; que imagem e sentido de enunciados foram construídos. Esses acervos são sempre pensados como verdades parciais, sujeitas à leitura e a novas interpretações. É em torno das questões sobre a produção do conhecimento e organização do acervo documental de Tenente Barroso que o presente artigo objetiva refletir.

## RELIGIÕES AFRO-BRASILEIRAS, MEMÓRIA, PATRIMÔNIO

As práticas culturais afro-brasileiras e, em especial, as manifestações religiosas, foram duramente perseguidas durante longos anos e a intolerância religiosa é continuamente enfrentada no cotidiano de toda comunidade afro-religiosa. A preservação da memória e do patrimônio imaterial em torno da população afro-brasileira só se manteve à custa da transmissão de tradição oral, de pais e mães para filhos e filhas de santo. O terreiro – espaço religioso e comunitário – sempre foi um território cultural de resistência e lugar de preservação de memória e tradições culturais, cultivadas até hoje, pelas práticas da convivência compartilhadas e por um repertório de acervos materiais dotados de significados simbólicos, guardados no interior desses espaços.

Fatores de natureza externa e interna ao próprio grupo podem interferir em seu patrimônio e explicar a mobilidade ou o fechamento de casas religiosas, como aqueles de ordem econômica, a especulação imobiliária, a conversão a outra denominação religiosa ou a morte do sacerdote. Qualquer desses fatores tem consequências para a existência da comunidade religiosa. Por exemplo, quando ocorre o falecimento do responsável de uma casa religiosa, é possível acontecer da família con-

sanguínea não ter condições, por diferentes motivos, de continuar com sua prática religiosa. Nesse caso, a família fecha as portas do espaço religioso e inicia o desmonte da organização dos bens culturais memoriais do terreiro, seja pela exigência da crença e procedimento religioso, seja pela distribuição dos referidos bens entre as pessoas que compõem a família religiosa.

Mas também temos acompanhado situações em que existe a continuidade da prática religiosa e a manutenção do seu patrimônio cultural, por parte de algum membro da própria família consanguínea, dando origem a linhagens religiosas familiares. Um desses casos é o Centro Humilde de Caridade São Lázaro, localizado no bairro das Quintas, em Natal (RN), aberto no início dos anos de 1960, pelo babalorixá José Barroso dos Santos, mais conhecido por Tenente Barroso.

Tenente Barroso era filho de agricultores, nascido na zona rural do município de Canguaretama-RN e ainda na juventude migrou com os pais, para a capital, em busca de melhores condições de vida. Fez carreira militar na Marinha, de onde saiu para a reserva. Foi casado com Josefa Barbosa dos Santos, com quem teve nove filhos.

O babalorixá Tenente Barroso faleceu no dia 23 de novembro de 1992, aos 72 anos de idade. Seu corpo foi velado no salão do Centro que ele construiu, e uma “multidão encheu a rua de branco” em direção ao cemitério do Bom Pastor. Durante seu axexê<sup>3</sup>, o babalorixá Cristionizio Francisco de Almeida (Ijtonan), dirigente religioso do Ilé Asé Ijifaromim (Feira de Santana, Bahia), que conduziu a cerimônia, consultou o jogo de búzios para saber o destino dos objetos do morto. A indicação foi que tais objetos deveriam ser mantidos sob a guarda de uma de suas filhas biológicas, Maria Nilza, também iniciada no candomblé, que assumiu a responsabilidade do Centro.

Outra referência significativa que vem somar à perspectiva da decisão do sagrado na transferência da herança religiosa está explicitada no depoimento do próprio Tenente Barroso, escrito na Ata de número 127, de 28 de abril de 1987, quando, em reunião mensal do conselho do Centro, procura explicar por que seu genro e sua filha não são sócios e afirma enfático: “pois estas pessoas não são sócios e sim os proprietários”.

No entanto, por questões internas à própria família consanguínea, em torno do processo de inventário dos bens materiais deixados pelo falecido, que inclui o prédio e terreno onde se encontra o Centro, a escolhida para dar continuidade ao legado religioso, não tendo condições para fazer funcionar o Centro, suspende as funções ritualísticas e, numa situação que pode ser caracterizada como liminar (TURNER, 2013), passa a atender a comunidade religiosa em sua residência.

No conjunto patrimonial deixado por Tenente Barroso, inclui-se a edificação construída no ano de 1966, especificamente para as atividades religiosas, atualmente objeto de uma disputa judicial por membros da família, como explicitamos anteriormente e um acervo religioso

composto por diferentes documentos, entre quais: fotografias, livros (atividades, acompanhamento das obrigações), caderno dos pontos cantados, atas, ofícios, objetos ritualísticos e imagens religiosas, conforme detalharemos em item posterior.

O estudo do acervo religioso de comunidades tradicionais de terreiro é extremamente relevante, não apenas enquanto reflexão dos estudos de memória, patrimônio e documentação, mas também do ponto de vista de produzir outros conhecimentos que não neguem a existência de populações, saberes e culturas. Ao propor realizar o estudo e estabelecer um diálogo com a comunidade religiosa, reavivam-se laços da história, memória, práticas de existência social e, notadamente, contribui para o fortalecimento de construções identitárias, de reconhecimento e pertencimentos locais (ASSUNÇÃO, 2014), fundamentais para o discernimento das lutas de visibilidade das comunidades de terreiro.

Essa concepção se coaduna com a postura adotada, a partir de meados da década de setenta, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ao implantar uma nova abordagem para a preservação de bens culturais, incorporando uma perspectiva antropológica de cultura, abarcando a diversidade cultural, religiosa e étnica brasileira. A medida adotada segue os pressupostos defendidos pela UNESCO, por uma compreensão de patrimônio em defesa da diversidade cultural, mas “profundamente imbricada em um projeto político nacional” (CAPONE; MORAIS, 2016, p. 15). Em uma nova atmosfera de mudanças e inovações, o órgão passa a incorporar em sua dinâmica de trabalho o conceito de referências culturais nas políticas de preservação cultural. Todavia, somente no final da década de 1980, mais precisamente com a Constituição de 1988 (artigos 215 e 216), ao considerar o patrimônio cultural brasileiro composto de bens de natureza material e imaterial, é conferido destaque aos bens culturais de caráter imaterial. Os “patrimônios imateriais”, conforme o antropólogo Arantes (2001, p. 131) são as “referências das identidades sociais, são as práticas e os objetos por meio dos quais os grupos representam, realimentam e modificam a sua identidade e localizam a sua territorialidade”. Assim, os patrimônios imateriais são “sentidos atribuídos a suportes tangíveis”, às práticas culturais e aos lugares compartilhados pelos grupos sociais.

Em linhas gerais, passa a ser do Estado a responsabilidade de reconhecer e promover a diversidade cultural (religiosidade, culinária, danças, narrativas, brincadeiras, festas, etc.) do país como sendo de inestimável valor e significado. Isto se deve ao reconhecimento de que esses bens contribuem para o fortalecimento da cidadania dos indivíduos que produzem e são produto dessa cultura. Assim, novas formas de organização da sociedade civil ampliam as possibilidades de participação e a noção de patrimônio passa a ser absorvida por diversos segmentos sociais, entre os quais as populações afro-brasileiras.

Todavia, se por um lado, existe um reconhecimento dos valores da cultura afro-brasileira como marcante na formação da cultura e sociedade brasileira, por outro, existe uma limitação institucional quanto às ações que propiciem uma visibilidade da cultura afro-brasileira, que visem preservar a memória dos grupos, suas artes, técnicas, história. No caso específico da religião, pouco se conhece e valoriza, em especial aquelas casas que estão fora do eixo tradicional dominante do universo religioso afro-brasileiro, qual seja, o universo do candomblé baiano.

## TENENTE BARROSO E O CENTRO HUMILDE DE CARIDADE SÃO LÁZARO

O Centro Humilde de Caridade São Lázaro (CHCSL) foi fundado em sete de maio de mil, novecentos e sessenta e seis, no Bairro das Quintas, a Rua Manoel Miranda, 1812, em Natal (RN), conforme registro da ata de fundação, por José Barroso dos Santos ou Tenente Barroso. O estatuto do referido centro foi inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da Comarca de Natal, no Livro Próprio A, n.6, às folhas 132-133, sob n. de ordem 906, em data de 5 de dezembro de 1968 e publicado no Diário Oficial do Estado do RN, edição de vinte e oito de novembro de mil, novecentos e sessenta e oito.

A criação do Centro tinha por objetivo “difundir a doutrina afro-brasileira”, conforme escrito no Art. 1º do estatuto, o que é especificado na proposta das atividades de assistência social e espiritual: dar instrução sobre a “doutrina espírita e evangélica”, prestar caridade, realizar festas ritualísticas, solicitar às “autoridades” melhoramentos públicos. O estatuto propõe um quadro social composto por fundadores, beneméritos e contribuintes, como também uma diretoria formada pelo presidente, diretor espiritual, secretários, tesoureiro e fiscais.

No início dos anos de 1960, casas estavam abertas e funcionando na cidade, como as de Inez Neuza de Oliveira, Joaquim Cardoso, Babá Karol, Tenente Andrade, Percília de Mãe Luiza, Pai Nino, José Xavier Bezerra, Eduarda da Silva Gomes, Lúcia Flor. Em 1963, Olívia Muniz do Nascimento, abre casa no bairro de Mãe Luiza e Geraldo Guedes no bairro do Alecrim. É também nesse período que ocorre a criação da Federação Espírita de Umbanda do RN-FEURN<sup>4</sup>. Apesar de formalizada enquanto entidade representativa cabia à polícia a liberação das licenças para realização dos cultos.

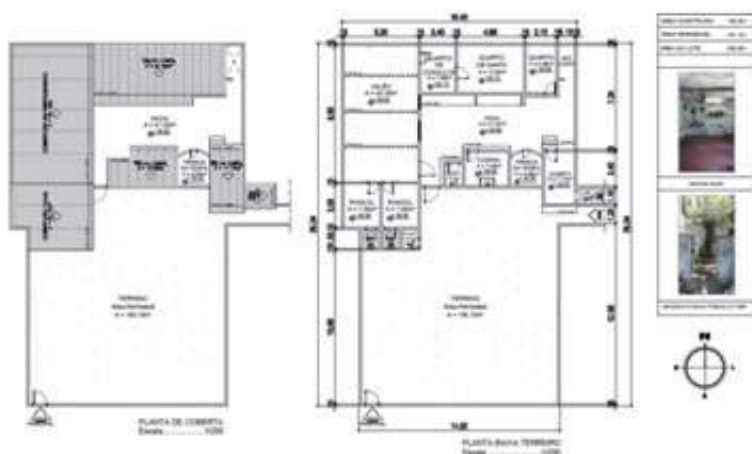
É claro que esse movimento de abertura de casas na cidade de Natal, no início da década dos anos de 1960, não acontece por acaso. Ele remete à fase de expansão, organização e institucionalização da umbanda por todo território brasileiro, em decorrência da política nacionalista do Estado, colocada em prática pelo Governo Vargas nos anos de 1940. Todavia, é bom ressaltar que outros terreiros já funcionavam desde os

anos de 1950, entre os quais, o Centro Espírita de Umbanda Aritã, de João Cícero Herculano e o Pai Joaquim de Angola, de José Clementino, ambos no bairro das Rocas.

No dia 26 de julho de 1969, Tenente Barroso assina, como presidente do Centro, um ofício encaminhado para o titular da 7ª Delegacia Policial de Natal, no qual comunica a abertura e funcionamento dos “trabalhos rituais”, ressaltando que no dia seguinte estaria realizando a “inauguração oficial”, ou seja, a festa de abertura do Centro.

A abertura oficial do Centro acontece quando a construção do espaço físico religioso já tinha sido concluída. As atividades anteriormente eram realizadas em sua residência. O Centro foi erguido em um terreno que fica situado por traz de sua residência e o acesso, inicialmente, é feito por um corredor situado a direita de sua casa. Posteriormente, com a organização e a rotina mantida pelo Centro, o crescimento da frequência e dos adeptos, foi providenciado outro acesso, situado na rua paralela a da residência do babalorixá. Em um documento escrito, posteriormente datilografado, Tenente Barroso especifica a forma que deverá ter o Centro, composto por treze “compartimentos”: salão, quarto dos santos, quarto para homens, quarto para mulheres, quartos para recolher (um para iaô homem e outro para iaô mulher), quarto para consultas, cozinha de orixá, banheiros com sanitário, cabana de caboclos, casa de Exu e casa de Tempo. Ao longo dos anos, os espaços programados na construção do Centro foram mantidos, conforme demonstrado no desenho da planta baixa<sup>5</sup> a seguir:

**Figura 1** - Planta baixa do Centro Humilde de Caridade São Lázaro.



**Fonte:** Projeto Arquitetônico (Maria Rita de Lima Assunção).

A construção do espaço físico religioso não foi o princípio das atividades religiosas desenvolvidas por Tenente Barroso, ao contrário, é consequência de um conjunto de ações que ele vinha realizando há algum tempo, principalmente as sessões de mesa de oração, realizada semanalmente em sua residência. Nessas ocasiões, ele, trabalhava com os



caboclos e atendia a todos que o procuravam, em sua maioria pessoas do próprio bairro, para o tratamento da saúde e de questões espirituais. Com a construção do Centro, as atividades que vinham sendo realizadas no espaço de sua residência, foram transferidas para o novo espaço, acrescentando a realização semanal do toque de caboclos, as obrigações de feitura e as eventuais festas dos orixás.

Segundo o relato de dona Nilza, sua filha de sangue e atual responsável pelo Centro, Tenente Barroso contava que desde jovem sentia tonturas e uma espécie de desmaio, que com o tempo foram se tornando mais frequentes. Em uma dessas crises, precisou ser hospitalizado para tratamento da saúde. Nesse percurso conheceu Deocleciano Braga de Almeida, baiano de Cachoeira, também militar da Marinha e que na época residia em Natal. Babá Deocleciano tinha uma casa de candomblé em Salvador, na Rua da Lama, no bairro Vasco da Gama, cujas tarefas ritualísticas eram assumidas por suas filhas de santo, pelo menos no período em que estava fora, ou seja, quando estava a serviço da Marinha, como no período em que estava de serviço em Natal.

Ao conhecer Tenente Barroso e tomar conhecimento de suas crises de saúde, Babá Deocleciano convida-o para ir a sua casa para jogar os búzios. Ele morava numa vila localizada na Avenida 10, bairro do Alecrim, e quando não estava na Marinha, atendia a clientela em sua própria casa. Ao jogar para Tenente Barroso, afirmou que seus problemas de saúde eram de cunho espiritual, que ele era médium e que precisava trabalhar, pois tinha uma missão para seguir. Como afirma dona Nilza, sua filha, “ele tomou a decisão pelo lado espiritual, porque senão iria sofrer muito”<sup>6</sup>. A amizade firmada entre os dois marinheiros é reforçada por laços espirituais, religiosos. Em 1964, portanto, dois anos antes da construção e fundação do Centro, Tenente Barroso viaja para Salvador, para a casa do Babalorixá Deocleciano, com quem realiza seu processo de iniciação e obrigações na nação Ketu, para o orixá Obaluaiê<sup>7</sup>. Ele manteve sempre contato com a casa; anualmente voltava lá, pelo menos uma vez.

Tenente Barroso tinha intensa participação no bairro em que morava, seja no atendimento à população que o procurava ou como intermediário entre o bairro e políticos da cidade. Nesse caso, ele era procurado para buscar solucionar problemas, principalmente aqueles relacionados a questões de infraestrutura, como demonstra parte da documentação existente no seu arquivo, notadamente as anotações de atividades do Centro e os ofícios encaminhados para instituições na esfera política. Participou, ainda, da direção da Federação Espírita de Umbanda e foi responsável por um programa em uma rádio local.

## A PESQUISA COM O ACERVO DOCUMENTAL DO CHCSL

A pesquisa do acervo cultural de bens do patrimônio religioso do Centro Humilde de Caridade São Lázaro, conforme explicitada no início deste artigo, foi norteada por uma perspectiva que procura considerar tanto os aspectos particulares do campo afro-brasileiro em si, como as conexões que ele mantém com as demais esferas da cultura brasileira (AMARAL, 2001). No caso do estudo dos acervos religiosos de comunidades de terreiro, são observadas as referências religiosas que perpassam a trajetória histórica específica de cada casa, ao mesmo tempo em que se deve considerar a relevância do objeto do acervo dentro do sistema religioso e em relação com seu papel no sistema sócio religioso.

Especificamente em termos de procedimentos metodológicos, inicialmente foi realizado o levantamento dos objetos que compõem o acervo religioso, por meio da listagem, descrição técnica (museológica) e etnográfica e a sua devida catalogação. Nesta fase, foi fundamental a participação de pessoas que conhecem o acervo e a dinâmica religiosa do terreiro, como pessoas integrantes da comunidade religiosa. Contamos com a colaboração do casal Canindé, dona Nilza e seu filho Camilo. Dona Nilza é filha de sangue de Tenente Barroso e, desde sua morte, responsável pelo Centro. Em alguns momentos dos encontros realizados no próprio espaço religioso, dona Nilza convidava membros da comunidade religiosa para participar, emitir opiniões ou presenciar o andamento do trabalho.

Embora o diálogo seja fundamental para a descrição e compreensão dos significados dos diferentes objetos, esta pesquisa se caracteriza por um estudo de acervos, compreendendo o acervo como arquivo, composto por um conjunto de diferentes objetos e artefatos, dotados de conhecimentos, historicamente constituídos e passíveis de leituras e interpretações.

Os acervos, de forma geral, são compostos por um conjunto amplo que inclui objetos e artefatos da cultura material religiosa. Entre os objetos estão documentos de fontes escritas e visuais: material impresso, como recortes de jornais, documentos pessoais, cartas, atas de reuniões, receitas culinárias ou da medicina tradicional, rezas, pontos riscados, pontos cantados, livros, fotografias, iconografia, filmagens, gravações diversas, discos, CDs, fitas cassete, etc. Entre os artefatos da cultura material religiosa estão às imagens de orixás e entidades espirituais, objetos utilitários, insígnias, indumentárias, etc.

A execução do projeto levou em consideração quatro momentos importantes para a organização e acompanhamento da pesquisa. O primeiro momento refere-se à fase da pesquisa de campo, marcada pelo contato com o espaço religioso e seus integrantes, notadamente a responsável pelo acervo religioso. Foi realizada uma etnografia do terreiro, o levantamento arquitetônico do espaço religioso edificado, entrevistas

e o levantamento do acervo documental, imagético e dos artefatos. Ainda nesta primeira fase do inventário do acervo, todos os objetos foram fotografados. O segundo momento tratou especificamente da higienização dos documentos<sup>8</sup>, uma vez que por falta de condições na manutenção e guarda do acervo, estes acabam sujeitos à poeira e fungos diversos. Após a limpeza dos documentos, seguiu-se para o terceiro momento da pesquisa, que diz respeito especificamente a digitalização da documentação. O quarto momento, foi a fase do inventário da documentação, caracterizado pela organização do material (tema, conteúdo), registro de dados, estudo e análise.

Assim, para a organização do acervo, foram elaborados critérios apropriados de classificação, utilizando como referência a bibliografia especializada. No caso específico dos artefatos da cultura material religiosa, seguimos a classificação dos objetos nas seguintes categorias: ferramentas, louças, roupas e paramentos, contas, objetos de hierarquia, instrumentos musicais e documentos escritos e visuais. Em uma etapa posterior, procedemos a análise dos objetos catalogados, seguindo as referências conceituais e bibliográficas dos estudos de religiões afro-brasileiras, observando as características do objeto e seu papel no contexto religioso.

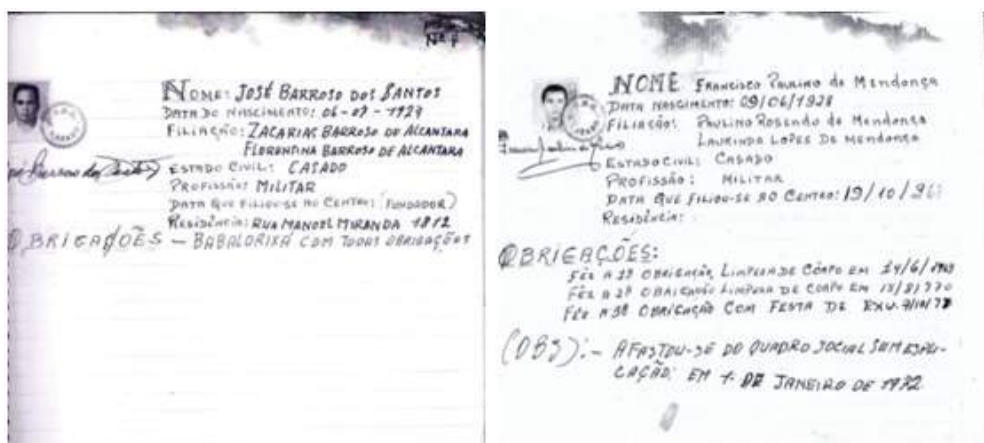
Os acervos das comunidades religiosas de terreiro, de forma geral, são compostos por um conjunto amplo que inclui objetos e artefatos da cultura material religiosa. No caso do acervo do Centro Humilde de Caridade São Lázaro, procedeu-se o levantamento de objetos (documentos de fontes escritas e visuais) e de artefatos da cultura material religiosa. Entre os documentos de fontes escritas estão vários livros (sócios, atividades do centro, atas e aniversariantes), cadernos (de música, da relação dos animais a serem sacrificados e do registro de pagamento das mensalidades), diplomas, certificados, carteira dos sócios e outros documentos, assim como jornais e uma cópia do livro “O negro no Brasil”, de Arthur Ramos. Em relação à fonte visual, encontramos um conjunto de fotografias que na sua maioria registra a realização de rituais. Entre os artefatos da cultura material religiosa estão imagens (orixás, entidades espirituais e santos católicos), quadros decorativos, objetos utilitários e o conjunto de peças religiosas que compõem os assentamentos dos caboclos, da divindade Tempo, dos exus da casa e o quarto do santo, formado pelo conjunto de assentamentos de Tenente Barroso no candomblé ketu.

O acervo de documentos de fontes escritas, do Centro Humilde de Caridade São Lázaro, é formado por um conjunto de livros, cadernos, ofícios e outros documentos, compondo um total de 1.044 páginas es-

critas, organizado conforme classificação nomeada pelo dirigente religioso, Tenente Barroso, como especificamos a seguir:

1. Livro de Sócios
2. Livro de Atividades
3. Livro de Atas
4. Caderno de Música
5. Caderno da relação das criações a serem sacrificadas
6. Caderno da frequência dos sócios às atividades
7. Ofícios e outros documentos

**Figura 2** - Livro de Sócio – Dois Livros (266 páginas escritas).



Fonte: Acervo do CHCSL.

O primeiro livro, datado de 28 de julho de 1970, conforme está escrito na folha de capa, com 103 páginas escritas é constituído por 96 registros de sócios, sendo o primeiro registro datado de 19 de outubro de 1968 e o último, 24 de junho de 1975. O segundo livro, com 163 páginas escritas, foi aberto em 29 de julho de 1975, sendo o primeiro registro de sócio datado de 27 de janeiro de 1976 e, o último, de 30 de abril de 1991, compondo 161 registros. Os dois livros apresentam um total de 257 registros de sócios para um período de vinte e três anos (1968-1991).

Cada registro está escrito em letra formato caixa-alta, com informações organizadas em três tópicos: dados pessoais do sócio, as obrigações realizadas na casa e observações sobre afastamento e sanções. A folha de registro contém uma fotografia do sócio e a sua assinatura. O primeiro sócio registrado foi Francisco Paulino de Mendonça, nascido em 1928, casado, militar. Sua filiação ao Centro está datada de 19 de outubro de 1968, exatamente o ano em que o estatuto do Centro foi inscrito no Registro do CPJCN e publicado no Diário Oficial do Estado, o que indica que a partir desse período inicia-se a criação de uma organização oficial e burocrática para funcionamento das atividades religiosas e do próprio Centro, uma vez que não encontramos nenhum registro escrito sobre atividades realizadas no período que antecede a construção edificada do

Centro e do seu registro nos órgãos institucionais do Estado. Entre os registros foi possível identificar três sócias<sup>9</sup> que possuem casa aberta na cidade em pleno funcionamento.

A partir das informações contidas em cada registro é possível traçar um perfil dos sócios inscritos, predominando a presença de mulheres, casadas, registradas com a profissão de “prendas domésticas”. Entre os homens, ressalta-se o número de funcionários públicos e operários. No item referente à idade, existe uma maior concentração na faixa etária entre 30 e 60 anos. A partir do ano de 1972, um dado novo chama atenção e diz respeito a uma significativa presença de jovens, solteiros e solteiras, estudantes, costureiras, trabalhadores do comércio e serviços gerais, com um aumento de sócios na faixa etária entre 15 e 25 anos de idade.

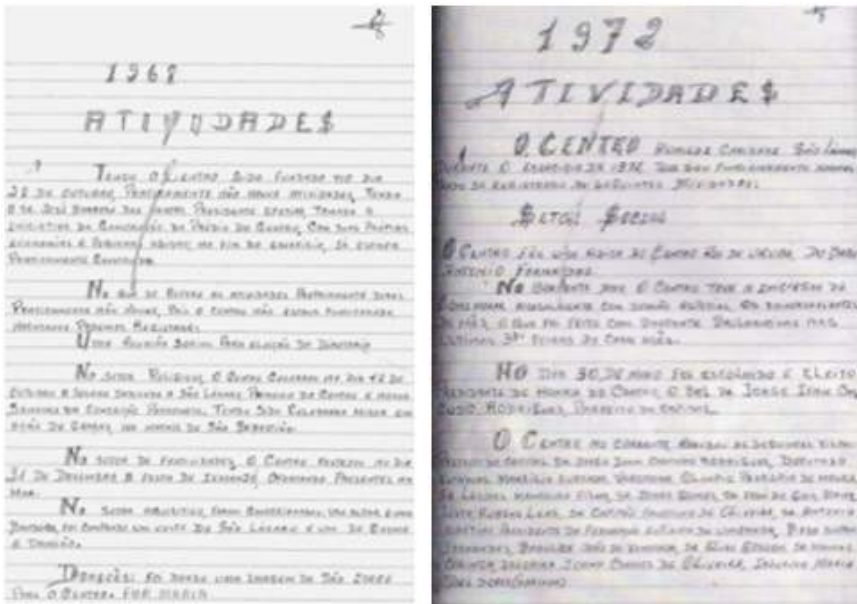
As obrigações realizadas referem-se à limpeza de corpo, batizado de cabeça e assentamento do santo com obrigação de cabeça e comida ao santo<sup>10</sup>. A primeira obrigação é a de limpeza do corpo, que pode se repetir até três vezes, em períodos distintos, e, somente após a limpeza do corpo é que pode ocorrer a obrigação com festa de Exu.

No item sobre observações, predomina o registro e justificativa do afastamento do Centro e de suas atividades, por “falta de comparecimento” ou por “indisciplina”. Mas existem casos em que o registro do afastamento se faz “a pedido” do sócio. Em qualquer das situações é possível o retorno à casa, como demonstram alguns registros. Existem ainda anotações para a modalidade de afastamento que ocorre com a transferência de residência do sócio para outra cidade e as situações do falecimento do sócio.

Mas existem ainda algumas situações em que se efetiva o afastamento, as quais são compreendidas como mais graves, como as denominadas pelo uso dos termos “Expulso” ou “Afastado definitivamente”. As anotações para justificativa consideram ações de “agressão moral” aos membros da comunidade e ou desrespeito ao presidente, fazendo referência específica aos Artigos 5º e 8º do Estatuto do Centro<sup>11</sup>.

Observamos que naquelas situações em que ocorreu afastamento e expulsão, a fotografia do sócio foi retirada da página do registro, sendo escrita no local a frase: “devolvida ao seu dono, a pedido”.

Figura 3 - Livro de Atividades (42 páginas escritas).



Fonte: Acervo do CHCSL.

O Livro de Atividades, datado de 28 de outubro de 1968, em sua primeira página destaca que “servirá para escrituração das atividades do Centro”, compondo um conjunto de anotações diversas sobre as atividades realizadas no período de 1968 a 1976. As primeiras páginas apresentam informações sobre aspectos legais do Centro, os dados sobre a fundação e o registro no cartório e a sua publicação no Diário Oficial do Estado; a relação dos sócios fundadores e a primeira diretoria.

O relato específico das atividades está organizado a partir da divisão em tópicos denominados de “setor”: setor social (reuniões, visitas), caridade, setor religioso, setor de festividades, setor de obrigações, associativo, planejamento. Em seu conjunto, o livro fornece uma visão geral sobre a ritualística, a dinâmica religiosa do Centro, a circulação de pessoas e relações constituídas, a composição de um acervo de artefatos da cultura material religiosa.

Para as atividades realizadas no ano de 1968, o livro traz anotações sobre a realização das festas de São Lázaro, Nossa Senhora da Conceição e a festa de Iemanjá. No relato referente aos anos seguintes, além das festas citadas, outras serão acrescentadas, como as de Pretos Velhos, Caboclos, Jurema, Marujos e as atividades designadas de “caridade”, aquelas destinadas ao atendimento em reuniões espíritas, passes, consultas, tratamento, limpeza de corpo e jogo de búzios.

O item chamado de “setor social” apresenta o registro sobre a presença de políticos e religiosos que visitavam o Centro durante a realização de diferentes atividades, notadamente aqueles eventos de caráter público, como as festas. Entre os atores do cenário político local destacam-se o prefeito, vereadores, deputados estaduais e federais. As relações esta-

belecidas na esfera do político é um dos pontos que chama atenção no conjunto da documentação que compõe o acervo. Alguns dos eventos ocorridos têm o registro assegurado em mais de um dos instrumentos, como a reunião realizada no dia 30 de maio de 1972 (Ata n. 14), com a presença do Prefeito de Natal, na qual foi oficializada a sua escolha para presidente de honra do CHCSL e confirmada no Livro de Atividades correspondente ao relato do ano de 1972.

Os religiosos ligados a Federação de Umbanda são presença constante nas atividades realizadas, indicando a existência de uma relação entre estes e o dirigente do CHCSL, mas também se destacam os nomes dos babalorixás Antônio Fernandes, Antônio Martins, Carol, Manoel Curinga, João de Yemanjá, José Clementino e das yalorixás Iolanda Xavier, Joana Chaves e Maria das Dores.

Consta também a presença do Bispo Dom José da Igreja Católica Brasileira, pelo menos uma vez por ano, para a celebração de missa no CHCSL, todavia sem eliminar a realização da “missa em ação de graças” celebrada na matriz de São Sebastião durante a “solene para São Lázaro e Nossa Senhora da Conceição”, atividade comemorativa ao patrono do Centro. Essas ações tornam-se significativa para entender o entrelaçamento de concepções religiosas na dinâmica da prática desenvolvida pelo dirigente do São Lázaro. É importante destacar que este entrelaçamento existe também entre as práticas de matriz africana e assimiladas como espiritismo.

Na documentação e, mais especificamente, nos Livros de Atividades e de Atas, fica demonstrado que Barroso mantinha relações permanentes com religiosos, estabelecendo um fluxo de idas e vindas entre eles. Para exemplificar, no ano de 1970 ele participa de quatro festas no Centro Rei de Urubá do Babá Antônio Fernandes, além de frequentar outras casas, perfazendo um total de doze festas que contam com sua participação.

No Livro de Atividades chama atenção a presença de anotações sobre doação de imagens religiosas por parte dos sócios, contribuindo para a composição de um acervo de artefatos da cultura material religiosa.

Figura 4 - Livro de Atas – Dois Livros (465 páginas escritas).



Fonte: Acervo do CHCSL.

O primeiro livro, com um total de 392 páginas, é iniciado com a Ata de Posse para escolha da diretoria do Centro, realizada no dia 28 de outubro de 1968e presidida pelo senhor Leonel Monteiro. Conforme escrito na primeira Ata, foi lido o estatuto e apresentada a lista dos candidatos para a diretoria, na qual consta o nome de José Barroso dos Santos como presidente. Consta, ainda, no documento, que a diretoria eleita foi empossada nesta mesma reunião. Esse livro é concluído com a Ata 141 datada de 27 de dezembro de 1988, cobrindo um período de vinte anos de atividades. O segundo livro contém 73 páginas e o registro é iniciado com a Ata de número 01, datada de 31 de janeiro de 1989 e concluído com a Ata de número 29, de 4 de outubro de 1992. Os dois livros cobrem um espaço de tempo correspondente a vinte e quatro anos de funcionamento do CHCSL.

A escritura das atas segue um roteiro de estrutura previamente estabelecido, dando forma a uma sequência de conteúdo composta inicialmente pela leitura e aprovação da ata anterior. Na sequência é feita a “leitura do expediente” e uma espécie de abertura com a palavra do presidente, quase sempre o tema abordado diz respeito a informações sobre a religião, mais especificamente temas sobre o candomblé e umbanda. Procura explicar o tema escolhido, tece comentário sobre experiências vividas, apresenta matérias publicadas em jornais. Após a fala do presidente, os pontos elencados na pauta são colocados em discussão e votação, quando necessário. A palavra é então facultada, e predomina a palavra do presidente, que procura destacar alguma questão que espera ser enfrentada nas semanas seguintes. A reunião é encerrada com uma confraternização comemorando os aniversariantes do mês.



O Livro de Atas é muito rico em informações sobre a organização e a dinâmica religiosa do Centro, notadamente no que diz respeito à orientação do mundo religioso afro-brasileiro e sua ritualística; as questões práticas do cotidiano para a manutenção do Centro e as relações com o mundo exterior, em especial com os políticos locais e órgãos públicos.

No registro das Atas é possível fazer um inventário das principais práticas rituais, como aquelas consideradas como permanentes – os toques semanais, as mesas de cura, a limpeza dos médiuns e o atendimento público para consultas. As eventuais, nomeadas em geral como festas, que fazem parte de um calendário anual das atividades religiosas do Centro, incluem aquelas dedicadas aos orixás no ritual do candomblé – a principal delas é a festa para o “patrono do Centro”, Obaluaíê; as festas para as entidades cultuadas na umbanda, como as de Preto Velho, Cosme e Damião e a marujada. Nesse conjunto de práticas rituais constam também os rituais de jurema, chamado de “festa dos juremeiros”, toré, festa de caboclos.

A presença de pessoas com menos de dezoito anos durante a realização das atividades rituais do Centro é tema de debates em várias reuniões, chegando a ser considerado pela diretoria do CHCSL como “uma preocupação”. Em uma das reuniões em que o assunto volta a ser discutido (Ata 26, de 28 de janeiro de 1975), Barroso informa que “já tinha mantido entrosamento com o juizado e demais autoridades”.

A organização do cotidiano para manutenção da estrutura do espaço religioso é objeto de reflexão ao longo de praticamente todas as Atas, abordando questões sobre o pagamento de contribuição, ausência às reuniões e atividades rituais, organização das tarefas de limpeza e benfeitorias na edificação. O planejamento e organização das atividades rituais que são realizadas fora do Centro, como as que acontecem em locais de mata, cachoeira, rio e mar, como também as excursões romeiras para os espaços religiosos católicos dedicados ao Padre Cícero e São Francisco do Canindé, localizados nas cidades de Juazeiro do Norte e Canindé, ambas no estado do Ceará, apresentam detalhes sobre os custos, a infraestrutura da organização, tarefas e pessoal envolvido.

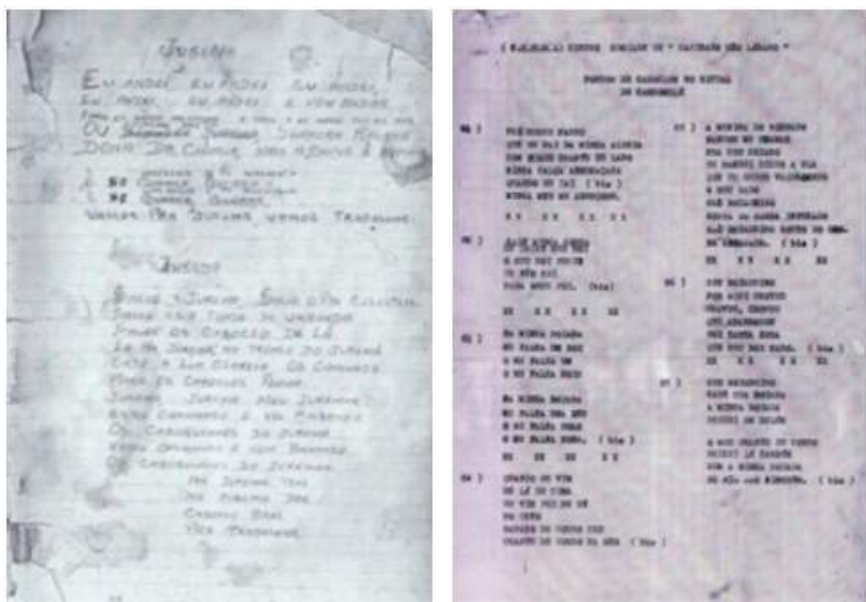
A relação com o mundo exterior ao Centro se faz presente por uma agenda que contempla as duas federações existentes na cidade (a Federação Espírita de Umbanda do RN-FEURN e a União Espírita do RN), religiosos de igrejas católicas e das religiões afro-brasileiras, mas, sobretudo existe uma estratégia na construção de relações com os políticos locais e com alguns órgãos públicos, em especial aqueles que podem dar retorno às questões do bairro, apresentadas por Barroso.

A relação constituída com os políticos, principalmente com os vereadores, é baseada em um sistema de trocas em que Barroso solicita ajuda para o CHCSL e para o bairro, mas que precisa retornar com “ajudas nas eleições”. A Ata 19, de 28 de novembro de 1972, o vereador Olímpio Procópio de Moura, presente na reunião, agradece pelo sufrá-

gio e “se compromete providenciar a documentação para passar o Centro de utilidade pública para o município”. Três anos depois, a Ata 30, de 27 de maio de 1975, registra o informe dado pelo presidente do Centro que o documento de utilidade pública, conforme promessa assumida pelo vereador citado anteriormente, foi encaminhado para publicação, “passando a receber ajuda para melhoria do nosso Centro”.

Alguns meses depois, a Ata 35, de 28 de outubro de 1975, registra a publicação da Lei 2.273, de 14 de julho de 1975, que reconhece o CHCSL como de utilidade pública.

**Figura 5** - Caderno de Música (56 páginas escritas).



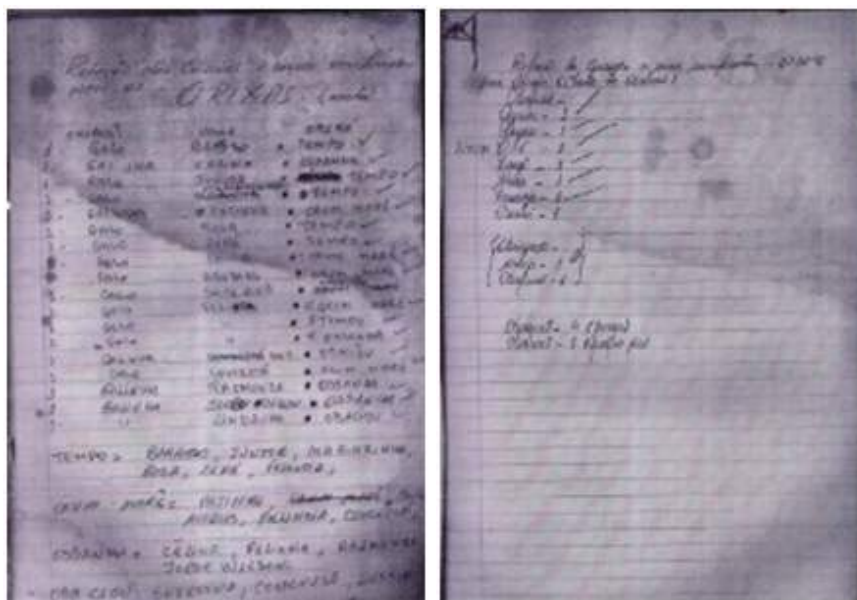
Fonte: Acervo do CHCSL

Caderno com 56 páginas escritas com letras de pontos cantados nos rituais religiosos afro-brasileiros. Inicia com os pontos cantados na jurema (sessenta e um pontos). Na sequência constam os “pontos de caboclo no ritual de candomblé” (dezoito pontos), seguido pelo registro dos pontos cantados para o orixá Oxossi (quarenta e sete pontos) e fechando o caderno, os pontos para Preto Velho (trinta e dois pontos).

Encontramos, ainda, no conjunto do acervo documental, um folheto datilografado, denominado de “Pontos de caboclo no ritual de candomblé”, com várias cópias reproduzidas, que eram distribuídas junto à comunidade de sócios, o que indica a adoção de uma estratégia pedagógica como parte do processo de aprendizagem musical e ritualístico. No folheto estão registrados os pontos para caboclo (dezoito pontos) e em uma segunda parte apresenta-se o registro denominado de “Toadas de sa-lão”, com pontos escritos na língua ritual do candomblé ketu, ou seja, em nagô, para os orixás (Exu, Ogum, Oxossi, Ogum Lodé, Omulu, Xangô, Iansã, Ossaen, Tempo, Oxum Marê, Oxum, Iemanjá, Nanã e Oxalá)<sup>12</sup>.

Apresenta ainda louvações para orixás e um vocabulário explicativo de termos.

**Figura 6** - Caderno da relação das criações a serem sacrificadas (10 páginas escritas).



Fonte: Acervo do CHCSL.

O caderno contém anotações feitas nos anos de 1990-1991 e se caracteriza por uma estrutura esquemática de listagem do tipo de animal que será sacrificado, primeiro nome dos filhos da casa, o orixá ou entidade para o qual será ofertado. É provável que existissem outros cadernos de anotações, considerando a prática da escrita mantida pelo dirigente da casa e as muitas festas e obrigações detalhadas nos livros de Atas e Atividades.

Neste caderno específico consta relação dos animais destinados para as obrigações de filhos da casa (os iaôs), para as festas de orixá (Obaluaíê, Xangô, Iansã) e entidade da umbanda (Cosme e Damião). Em cada folha consta ainda, a data de realização da festa, o tipo de criação que será sacrificada (galo, galinha, animais de penas, de quatro pés, conquém – também chamada de guiné ou galinha d'angola) e a correspondência filho de santo e orixá.

**Figura 7 -** Caderno de frequência dos sócios às atividades (96 páginas escritas).



**Fonte:** Acervo do CHCSL.

A proposta do caderno é fazer o registro da presença dos filhos nas atividades realizadas, inclusive aquelas realizadas em locais externo ao Centro. Cada registro contém o título da atividade, data e assinatura dos presentes. A primeira atividade registrada data de 25 de janeiro de 1987 e a última, 30 de outubro de 1988. No título das atividades, encontramos: Corte e festa para o santo (Obaluaie, Oxalá, entre outros), toque e corte para Exu, reunião social, mesa branca, toré de caboclos, toque de jurema, festa para os pretos velhos, corte e festa para Cosme e Damião, festa de Iansã, entrega do presente na praia, festa de Iemanjá e, festa de Oxum.

**Figura 8 -** Ofícios e outros documentos (109 páginas escritas).



**Fonte:** Acervo do CHCSL.

O acervo de documentos denominados, pelo próprio dirigente religioso, como ofício, é composto por quarenta e seis encaminhamentos que tratam de diversos assuntos. O primeiro deles é datado de 26 de julho de 1979 e trata da comunicação sobre o funcionamento do Centro, enviada para a 7ª Delegacia Policial de Natal, como citado anteriormente. O último ofício está datado de 15 de maio de 1996 e é dirigido ao Prefeito Municipal de Natal, no qual solicita a renovação de convênio que trata de subvenção consignada em orçamento para a instituição religiosa. No Livro de Atas é possível acompanhar as relações compostas com atores da política local, como os vereadores, e o próprio processo de negociação entre o babalorixá e a Prefeitura de Natal visando estabelecer o convênio, o recebimento dos recursos e a prestação de contas referente ao valor recebido. Encontramos, ainda, ofícios dirigidos para vereador, deputado estadual e deputado federal, parabenizando a vitória nas eleições de 1970 e, meses depois, novos ofícios são encaminhados para os mesmos políticos solicitando providências para execução de obras no bairro das Quintas, onde o Centro está situado. Outros ofícios são dirigidos para a Federação Espírita de Umbanda do RN e União Espírita de Umbanda do RN, nos quais o babalorixá trata de assuntos específicos da religião e solicita providências. Entre outros documentos estão certidão negativa de cartório, cadastro de pessoa jurídica da receita federal, estatuto do CHCSL, publicação no Diário Oficial do Estado referente ao reconhecimento do Centro como de utilidade pública, além de declarações e atestados emitidos para os sócios e prestação de contas do convênio celebrado com a Prefeitura de Natal.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao descrever o conjunto de documentos que compõe o acervo do CHCSL a primeira pergunta a fazer é por que foram guardados? Em princípio poderíamos ser levados a considerar que não existiria justificativa para sua manutenção, caso consideremos a existência de um adverso contexto marcado pela disputa de um bem edificado e a total ausência de condições materiais e técnicas para manutenção do acervo. A documentação encontrava-se espalhada em lugares diferentes, um pouco em cada canto, no Centro e na casa de dona Nilza. Alguns papéis estavam rasgados, manchados pelas intempéries; muitos foram perdidos. Os preservados foram, aos poucos, aparecendo. O último documento que recebi foi o Livro de Atas. Seu Canindé, genro e filho de santo de Barroso, abraçado com o livro, afirma: “Este é o Livro de Atas. Muito importante. Tem o registro da escolha da primeira diretoria do Centro”. É possível perceber afeto na relação com o objeto. Outra forma dessa expressão está na frase de dona Nilza: “É a vida do meu pai”. Existe uma simbólica do objeto-documento relacionada a atribuições de sentidos

e significados para os sujeitos, capaz de veicular lembrança, a partir do contato com o objeto. Não é demais repetir, o objeto-documento remete a alguém, a parte de sua existência e, nesse sentido, é possível falar em imagem, experiência, memória (KOPYTOFF, 2009; INGOLD, 2012). Penso que é nesse sentido que caminha a resposta à interrogação feita no início deste parágrafo, ou seja, o acervo possui uma carga de história e afeto, sentimentos, o que no mínimo se justifica procurar guardá-lo, mesmo que as condições não sejam as mais adequadas.

Mas existe também outro sentido para a manutenção desses velhos documentos. Em um contexto em que o terreno sobre o qual um mundo religioso (a edificação e a simbólica afro-brasileira) foi erguido é objeto de ação e disputa judicial por parte de membros da família biológica do babalorixá, possuir “os documentos escritos” tem sentido de bem tangível, ou seja, significa pelo menos para dona Nilza e aqueles que estão próximos, confirmar a existência do “patrimônio sagrado” deixado pelo pai. Por isso, esses “velhos papéis” tem significado para ela, que reivindica judicialmente esse mundo religioso erguido (vale destacar), e, não para os outros, seus irmãos biológicos.

Ao afirmar “É a vida do meu pai”, fazendo referência aos documentos, dona Nilza traduz a dimensão do *locus* como o lugar subjetivo e material desse mundo religioso impregnado na vida-existência do próprio Tenente Barroso. Sua existência é o ponto de referência, por isso o espaço passa a existir e adquire sentidos; se ordena e se sistematiza, tal como acompanhamos a narrativa de vida do babalorixá. Não existe lugar sem presença, discorre Zumthor (1994) em sua reflexão sobre as representações do espaço (ZUMTHOR, 1994, p. 51-67), sobretudo ao destacar a dimensão humana de apropriação, transformação e ressignificação dos lugares vividos. Lugar e presença, aliás, que também estamos a afirmar quando colocamos o foco no acervo documental enquanto produtos da ação de sujeitos, socialmente compartilhado na construção de conhecimentos e saberes.

É possível ainda afirmar que à medida que o inventário do acervo documental do CHCSL vai se tornando público<sup>13</sup>, ele adquire para os diferentes atores envolvidos no processo de pesquisa, um papel fundamental como argumento positivo no processo judiciário, como também possibilita reavivar a memória em torno do nome do babalorixá Tenente Barroso na comunidade afro-religiosa local.

Mas são muitos os elementos que perpassam o conjunto documental estudado. Nos limites deste artigo e tomando como referência específica o acervo documental escrito, gostaríamos de ressaltar a relação entre a oralidade e a escrita nos processos de transmissão do saber nas comunidades tradicionais de terreiro, conforme já destacado por Castillo (2008). As relações com a escrita não é uma novidade no universo dos terreiros, embora estes sejam, muitas vezes, concebidos como espaços exclusivos da oralidade. No âmbito dos terreiros, uma série de ativida-

des relacionadas à palavra escrita é realizada, como o procedimento de fazer anotações dos ensinamentos recebidos pelo neófito durante seu processo de iniciação e a leitura de livros publicados por sacerdotes e praticantes das religiões afro-brasileiras (inclusive a produção acadêmica). Em um dos relatos registrados no Livro de Atas está à leitura feita por Barroso de uma matéria publicada em um jornal da cidade, provavelmente trata-se de uma reportagem sobre o carnaval de uma escola de samba cujo tema falava sobre os orixás, cujo exemplar do jornal encontra-se em seu arquivo.

No caso do acervo documental escrito do Centro Humilde de Caridade São Lázaro, embora tenha por base a ação coletiva, a memória e conhecimentos produzidos pelo grupo religioso, a produção e organização do acervo é fruto de uma ação individual, e, de certa forma, é um arquivo privado. Isso tem algumas implicações no cotidiano do terreiro. A escritura, organização do acervo, iniciativa e condução, sempre esteve sob a responsabilidade de Tenente Barroso. É ele que conduz a forma de organização dos conteúdos e do que deve ser registrado. Em termos de conteúdo, é possível observar a existência de duas posturas: uma que se relaciona com a prática religiosa e ritualística, os procedimentos da crença e os cuidados com os praticantes (os livros de sócios, das atividades, caderno de música, o caderno dos animais que serão sacrificados, etc.) e outra que diz respeito à organização burocrática e administrativa da casa (as fichas de inscrição para sócio, as carteiras de sócio, ofícios, o contato com o mundo exterior).

A prática ritualística conduzida no CHCSL é marcada por uma concepção plural de religião. Embora Tenente Barroso tenha sido iniciado no ketu baiano, ao longo de sua condução a frente do CHCSL, vai criar uma forma de organização em que determinados momentos da programação anual incluem os rituais para os orixás, sem abandonar a prática da cura, “terços litúrgicos”, novenas e as sessões de mesa, aproximando-se de um catolicismo popular e do espiritismo kardecista. Inclui ainda, mesa de mestre, rituais de jurema, caboclos, marujos, em um fio de linha que se estabelece entre a jurema e a umbanda. Era comum a prática de uma preleção no início de cada reunião realizada no Centro, conforme descrita nos relatos contidos no Livro de Atas. Na Ata número 10 (de 4 de janeiro de 1972) consta o registro de que o Presidente efetuou “a leitura de um trabalho que o mesmo apresentou à Federação, sobre o que é Umbanda”. Na reunião do dia 28 de janeiro de 1975 (Ata 26), volta a explicar sobre o culto da umbanda, “o qual vem desde o tempo da nossa escravidão, que foi resultado da fusão do negro com o índio, e daí que veio essa seita”.

Outra reflexão que pode ser feita a partir da documentação é a que trata da relação da religião com a política, em especial a política local. Mais especificamente as informações contidas nos livros de atividades e atas possibilitam compor o fluxo das relações políticas estabelecidas en-

tre Barroso e os agentes da política local (e vice-versa), e, consequentemente, as trocas compactuadas por estas relações. A partir da leitura da documentação é possível afirmar sobre a existência de uma estratégia ou ação política envolvendo o terreiro. Por mais de uma década seu Barroso manteve permanente contato com vereadores e o prefeito municipal. É constante a presença de vereadores em reuniões, toques e festas realizadas no Centro. A presença do prefeito acontece em situações muito especiais, como as solenidades do patrono da casa (Obaluaiê). Nesses encontros, propostas são discutidas e acordos são estabelecidos, como a elaboração de um convênio financeiro da Prefeitura para realização de atividades sociais no CHCSL e o apoio para divulgação dos candidatos visando a eleição municipal.

A organização burocrática e administrativa do CHCSL era centrada no babalorixá. A documentação escrita é cuidadosamente identificada com a sua grafia na capa e nas primeiras páginas, e a maior parte dos livros e cadernos são redigidos por ele. O Livro de Atas é escrito por outras pessoas da casa, notadamente os membros da diretoria. Em algumas situações procurava distribuir tarefas. Provavelmente esse senso de organização demonstrado por Tenente Barroso deve ter sido apreendido durante seu percurso de atividade enquanto militar e os muitos cursos que fez nesse período. Mas também em sua participação como vice-presidente da Federação de Umbanda e Candomblé do Rio Grande do Norte, no trabalho radiofônico e nos contatos mantidos com instituições públicas, que exigem o domínio mínimo de relações burocráticas.

Embora no arquivo esteja um dos registros que narra especificamente a trajetória e o cotidiano do terreiro (Livro de Atividades), poucos são aqueles que terão acesso à documentação produzida. A noção de guardar a história significa, de certa maneira, guardar segredos. Nesse sentido, o arquivo também pode ser entendido como um campo de poder e prestígio na comunidade religiosa.

O estudo do acervo de Tenente Barroso nos coloca também uma questão sobre a quebra da privacidade (FERRETTI, 2012), na medida em que existe a concordância em relação à publicação do referido acervo. A tomada dessa decisão nos leva a procurar compreender o contexto que possibilita a abertura do acervo – a disputa entre familiares por bens da herança deixada pelo babalorixá, conforme apresentado ao logo deste artigo. Também é importante ficar atento para o que pode ser divulgado, sobretudo nos documentos que possibilitam a identificação de sujeitos religiosos, ou seja, aquele tipo de informação que pode pôr em risco a exposição de sua própria intimidade.

O estudo sobre patrimônio se faz importante na medida em que propicia o conhecimento da história e dinâmica do universo religioso, notadamente ao propiciar que o grupo perceba a existência material de uma documentação como parte do processo de constituição do universo religioso, do qual ele faz parte. Assim, a existência dos acervos pode



ser pensada como lócus da memória do grupo e fonte de conhecimentos. Perceber, compreender e manter a existência do acervo documental nas comunidades de terreiros contribui, em última instância, para pensar a sua identidade enquanto sujeito religioso, portanto, membro de um grupo religioso historicamente discriminado, como a elaboração de processos de autoestima, fundamentais para o entendimento dos contextos vividos, enfrentamentos e existência de mundos da cultura de povos tradicionais.

Para além da narrativa sobre a trajetória do nosso personagem principal – Tenente Barroso –, a história do Centro por ele fundado, a prática religiosa ao longo de mais de cinco décadas e a documentação disponível no acervo possibilitam desvelar questões e análises sobre temas pouco visíveis, como as relações mantidas com políticos locais, na esfera municipal e estadual, compreendendo os fios que interligam uma prática religiosa que se faz com elementos do catolicismo, umbanda, jurema e candomblé.

## NOTAS

1. A partir deste ponto, irei utilizar o termo “Centro” ou a sigla “CHCSL” para me reportar ao Centro Humilde de Caridade São Lázaro de Tenente Barroso.
2. “Memória e patrimônio religioso afro-brasileiro: estudo do acervo religioso de comunidades de terreiro (Natal-RN)”, projeto de pesquisa aprovado pelo Departamento de Antropologia e Pró-Reitoria de Pesquisa da UFRN, propõe o estudo do acervo cultural de três comunidades de terreiro: o Centro Humilde de Caridade São Lázaro, a Cabana Umbandista Pai Joaquim de Angola e a Tenda Espírita Iemanjá Ogunté. O inventário e estudo referente ao primeiro foram concluídos, e, parte desses dados será apresentada no presente artigo.
3. Axexê é o nome dado à cerimônia ritual fúnebre que tem por finalidade de libertar da matéria a alma do morto e enviá-la ao mundo espiritual. Entre os vários rituais está à consulta para saber o destino dos objetos do morto. No axexê de Tenente Barroso a consulta foi feita com o jogo de búzios.
4. A Federação Espírita de Umbanda do RN-FEURN foi criada no dia 5 de maio de 1963.
5. O projeto de planta baixa e estudo da edificação construída correspondente ao CHCSL foram realizados por especialista membro do projeto de pesquisa (Maria Rita de Lima Assunção), durante o trabalho de campo no segundo semestre de 2017.
6. Entrevista com Maria Nilza Barroso dos Santos, realizada no dia 13 de outubro de 2017, Natal (RN).
7. Maria de Lourdes de Almeida, 83 anos de idade, esposa do Babalorixá Deocleciano Braga de Almeida. Entrevista realizada em 14 dez. 2019, Feira de Santana-BA.
8. O processo de higienização dos documentos, inclusive das fotografias, foi realizado no Laboratório de Restauração e Conservação de Documentos do Departamento de História da UFRN.

9. Aldelicia Francisca de Araújo (inscrita em 30 de outubro de 1984, p. 175 do Livro 2), Janadir Lino de Souza (26 de agosto de 1986, p. 193 do Livro 2) e Lindaura Martins dos Santos Araújo. Em relação à última citada, não foi encontrado seu nome nos livros de sócios, no entanto seu nome e assinatura constam nos registros do Livro de Ata a partir da Ata 88, de 30 de março 1982. No registro da narrativa oral, ao falarem de suas trajetórias, as três yalorixás destacam sua presença no CHCSL.

10. Utilizo a nomenclatura adotada nos registros dos Livros de Sócios, que diz respeito aos termos da ritualística e prática religiosa adotada por seu dirigente.

11. Os Artigos 5º e 8º do Estatuto do Centro tratam, respectivamente, dos deveres do sócio e estipulam que “os casos omissos ficarão sobre apreciação e resolução do presidente”. No Artigo 5º, são especificados os seguintes pontos: cumprir o estatuto, pagar as contribuições, não discutir sobre religião em lugar profano, respeitar toda e qualquer religião e seus sacerdotes, não ridicularizar os membros de outros centros, terreiros ou tendas, prestar ajuda a seus irmãos do culto nas horas difíceis, acatar as decisões da diretoria como autoridade máxima em matéria social e religiosa.

12. Destaco que estou reproduzindo a grafia adotada no referido Caderno.

13. No período de 13 a 15 de agosto de 2018 foi realizado na UFRN o Seminário Internacional Patrimônio e Religiões Afro-brasileiras, com a participação de estudiosos, técnicos de instituições culturais e religiosos para discussão de uma pauta centrada no tema do patrimônio afro-religioso. Uma mesa redonda foi especificamente dedicada a apresentação e discussão do projeto de estudo do acervo documental do CHCSL, com a participação de dona Nilza, responsável pelo acervo e a equipe de pesquisadores envolvida no estudo.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Regina. Patrimônio cultural: tensões e disputas no contexto de uma nova ordem discursiva. In: LIMA FILHO, M; ECKERT, C.; BELTRÃO, J. (Orgs.). *Antropologia e patrimônio cultural: diálogos e desafios contemporâneos*. Blumenau: Nova Letras, 2007.

AMARAL, Rita. A coleção etnográfica de cultura religiosa afro-brasileira do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP*, São Paulo, v. 10, 2001.

ARANTES, Antônio Augusto. Patrimônio imaterial e referências culturais. *Revista Tempo Brasileiro: Patrimônio imaterial*, Rio de Janeiro: Ed. Tempo Brasileiro, n. 147, out./dez. 2001.

ASSUNÇÃO, Luiz. A tradição do Acais na jurema natalense: memória, identidade, política. *Revista Pós Ciências Sociais UFMA* (Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais), São Luís: EDUFMA, v. 11, n. 21, 2014.

ASSUNÇÃO, Luiz. Uma antropologia traçada pela paixão. *Vivência: Revista de Antropologia*, Natal, UFRN, n. 51, p. 239-263, 2018.

CAPONE, Stefania; MORAIS, Mariana Ramos de. Afro-patrimoines: culture afro-brésilienne et dynamiques patrimoniales. *Les Carnets du Lahic*, 11. Lahic/DPRPS-Direction des patrimoines. Paris: Direction générale des patrimoines/Ministère de la Culture, 2015.

- CASTILLO, Lisa Earl. *Entre a oralidade e a escrita: a etnografia nos candomblés da Bahia*. Salvador: EDUFBA, 2008.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/MinC-IPHAN, 2005.
- FERRETTI, Sérgio (Org.). *Museus Afro-Digitais e política patrimonial*. São Luís: EDUFMA, 2012.
- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A retórica da perda. Os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 1996.
- INGOLD, Tim. Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 18, n. 37, p. 25-44, jan./jun. 2012.
- KOPYTOFF, Igor. A biografia cultural das coisas. In: APPADURAI, Arjun. *A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural*. Niterói: Eduff, 2009.
- MARCUS, George. Identidades passadas, presentes e emergentes: requisitos para etnografias sobre a modernidade no final do século XX ao nível mundial. *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, n. 34, p. 197-221, 1991.
- ROCHA, Agenor Miranda. *Caminhos de Odu*. Rio de Janeiro: Pallas, 1999.
- SILVA, Vagner Gonçalves da. *O antropólogo e sua magia: trabalho de campo e texto etnográfico nas pesquisas antropológicas sobre religiões afro-brasileiras*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.
- TOBIOBÁ, João Batista dos Santos. 21 cartas e um telegrama de Mãe Aninha e suas filhas Agripina e Filhinha, 1935-1937. *Afro-Ásia*, Salvador, UFBA, v. 36, p. 265-310, 2007.
- TURNER, Victor. *O Processo Ritual: estrutura e antiestrutura*. Petrópolis: Vozes, 2013.
- ZUMTHOR, Paul. *La medida del mundo*. Representación del espacio em la Edad Media. Madrid: Ediciones Cátedra, 1994.